



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
INTERDISCIPLINARES

ELIANE DE FÁTIMA DA SILVA

CONSELHO ESCOLAR: A IMPORTÂNCIA DA
PARTICIPAÇÃO NAS ESCOLAS

GUARABIRA - PB

2014

ELIANE DE FÁTIMA DA SILVA

**CONSELHO ESCOLAR: A IMPORTÂNCIA DA
PARTICIPAÇÃO NAS ESCOLAS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Ms. José Otávio da Silva

GUARABIRA - PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586c Silva, Eliane de Fátima da
Conselho escolar [manuscrito] : a importância da participação
nas escolas / Eliane de Fátima da Silva. - 2014.
38 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
Práticas Ped. Interdisciplinares) - Universidade Estadual da
Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.

"Orientação: Prof. Me. José Otávio da Silva, Departamento
de Educação".

1. Participação 2. Gestão democrática 3. Conselho escolar I.
Título.

21. ed. CDD 371.006 8

ELIANE DE FÁTIMA DA SILVA

CONSELHO ESCOLAR: A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO NAS ESCOLAS

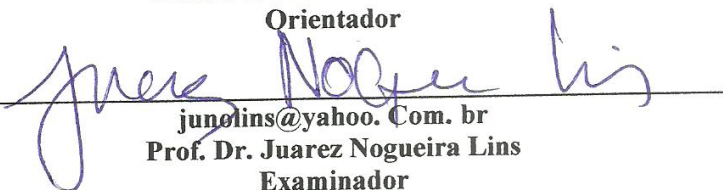
Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Banca Examinadora

Aprovada 19,07,2014



educotavio@gmail.com
Prof. Ms. José Otávio da Silva
Orientador



junolins@yahoo.com.br
Prof. Dr. Juarez Nogueira Lins
Examinador



guedesfatimamonica@yahoo.com.br
Prof. Ms. Mônica Guedes
Examinador 2

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pela saúde, fé e perseverança que ele tem me dado.

Aos meus pais Inácio Antonio da Silva e Elizabeth Figueirêdo da Silva (in memória).

Ao meu filho Ewerton, aos meus irmãos e a todos os meus amigos que direta ou indiretamente me apoiaram.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado a oportunidade de concluir essa especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares.

Aos meus mestres e a todos os funcionários que participaram e conviveram comigo, no decorrer desse curso.

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola nas mãos, também. “Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.”

Paulo Freire

RESUMO

Com base nos estudos de alguns teóricos e na pesquisa realizada, este artigo aborda a importância dos conselhos escolares como principais articuladores do processo de ensino e aprendizagem nas instituições educacionais. Sendo órgão colegiado, responsável pelo acompanhamento das ações propostas pela gestão democrática, para a progressão de uma educação cidadã, ele torna-se essencial no processo de desenvolvimento dos projetos políticos pedagógico das escolas. Os conselhos acompanham o desempenho das instituições educativas, constituindo-se um elo entre escola e comunidade, estimulando a ativa participação de todos, cumprindo a sua função de fiscalizar, deliberar e sanar, juntamente com a gestão, as diversas dificuldades vivenciadas pelas comunidades no cotidiano escolar. Constatamos também, o quanto é gratificante quando há uma boa relação entre a gestão democrática e o conselho escolar, considerando que essa parceria engrandece a educação, já que quando isso acontece, o desempenho de todo o corpo, tanto docente quanto discente, evolui consideravelmente, melhorando a educação em todos os ângulos, tornando a escola mais atrativa, dependente e autônoma.

Palavras-chave: Participação. Gestão Democrática. Conselho Escolar.

ABSTRACT

Based on some theoretical studies and research conducted, this article discusses the importance of school councils as the main advocates of the teaching and learning process in educational institutions. Being collegial body responsible for monitoring the actions proposed by the democratic management, for progression a citizen education, it make is essential in the process of development of pedagogical political projects of schools. The boards come with the performance of educational institutions, constituting a link between school and community, encouraging the active participation of all, fulfilling its role of overseeing, resolves and heal along with the management, the various difficulties experienced by communities in everyday school. We also note, how gratifying is when there is a good relationship between the school board and the democratic management, considering that this partnership enhances the education, because when this happens, the performance of the entire body, both teacher and the student, evolves considerably improving education at all angles, making it more attractive, dependent and independent school.

Keywords: Participation. Democratic management. School board.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO ----- 10

CAPÍTULO – I

1. CONSELHO ESCOLAR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ----- 11

1.1. A CONSOLIDAÇÃO E O PAPEL DOS CONSELHOS ESCOLARES ----- 13

1.2. COMO DEVEM FUNCIONAR OS CONSELHOS ESCOLARES? ----- 15

CAPÍTULO II

2. ESCOLA PÚBLICA: ESPAÇO DE FORMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA ----- 19

2.1. AS CONTRIBUIÇÕES DO CONSELHO ESCOLAR PARA A ESCOLA --- 20

2.2. CONSELHO ESCOLAR: CAMINHO PARA A MUDANÇA NA GESTÃO DEMOCRÁTICA ----- 22

2.3. A ESCOLA NA ATUALIDADE E A INTERFERÊNCIA DOS CONSELHOS ESCOLARES ----- 25

CAPÍTULO III

3. CAMINHOS PERCORRIDOS PARA A PESQUISA: DESCOBRINDO O FUNCIONAMENTO REAL DOS CONSELHOS ESCOLARES ----- 29

3.1.1. O DISCURSO DOS SUJEITOS DA PESQUISA ----- 32

3.1.2 A ANÁLISE DO DISCURSO DOS SUJEITOS DA PESQUISA ----- 33

CONSIDERAÇÕES FINAIS ----- 35

REFERÊNCIAS ----- 36

ANEXOS

INTRODUÇÃO

O referido trabalho trata de um modo reflexivo, sobre a grande importância da participação de toda a comunidade escolar e local para o efetivo progresso do ensino nas instituições educacionais, por meio do conselho escolar que é o objeto desse estudo.

Ao passar do tempo, tornou-se visível à influência organizacional dos diversos procedimentos escolares relacionados ao planejamento e a organização, que exercem ao longo do tempo em que o sujeito encontra-se voltado para o processo da aprendizagem. Para tanto, é necessário que esse processo seja realizado de maneira que venha contribuir para seu crescimento pessoal, cultura e social.

Sendo assim, buscamos enfatizar algumas questões como: o que são conselhos escolares, qual o seu papel na melhoria do ensino, quando ele é de fato utilizado e a sua contribuição na gestão democrática, visando assim, o desenvolvimento do aluno e a participação de todos.

Entretanto, baseando-se numa visão diagnóstica, percebemos que a atuação dos conselhos não deve acontecer somente através de procedimentos puramente burocráticos, centrados em alguns requisitos, mas sim de várias formas, possibilitando a condução das resoluções de problemas que são diagnosticados no ambiente educativo, já que existem alguns aspectos sociais que diretamente ou não, repercutem dentro e fora da escola.

Nesse contexto, a participação da comunidade por meio do conselho escolar impõe de certo modo, um olhar inovador, visando uma gestão transparente que contribua com uma autonomia progressiva nas unidades de ensino proporcionando uma educação de qualidade.

Contudo, é fundamental que a família se envolva também com a escola, acompanhando de perto o crescimento da instituição escolar e as questões referentes à administração e a educação, colaborando com a sua melhoria. Entretanto, o meio mais viável de fazer isso, é o conselho escolar, pois através dele é possível envolver toda comunidade, incentivando-a a participar e acompanhar o desenvolvimento educacional dos alunos, fortalecendo o relacionamento entre família e escola.

CAPÍTULO – I

1 - CONSELHO ESCOLAR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Utilizando-se como base o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, pode-se afirmar que o órgão denominado de conselho escolar, busca incentivar o desenvolvimento das instituições públicas de ensino, por meio de criação e consolidação dos objetivos propostos, relacionados ao progresso da educação no país.

O Brasil é um país de múltiplas culturas e muitas necessidades educacionais, por isso, um dos fatores primordiais para o seu progresso, é o conhecimento, o qual se dá através da formação integral do indivíduo, preparando-o para o exercício da cidadania.

A palavra conselho, provém da língua latina consilium que se originou do verbo consulo, significando ouvir alguém, ou submeter algo a uma deliberação de alguém. De acordo com o estudioso Cury (2001), *“a recíproca audição se compõe com o ver e ser visto e, assim sendo, quando um conselho participa dos destinos de uma sociedade ou de partes destes, o próprio consulere já contém um princípio de publicidade”*. (p. 44)

Sabemos que não foi de uma hora pra outra, isto é, como num passe de mágica, que os conselhos escolares passaram a atuar efetivamente nas instituições escolares, mas ao longo de algumas décadas, considerando que já existiam no Brasil, muitas escolas com grandes carências de transformações, principalmente internas. Diante disso, Aguiar (2007), relata o seguinte:

O estado oferece este espaço para a comunidade participar e interagir, gerando uma prática democrática, porém os sujeitos da comunidade escolar precisam desenvolver principalmente uma consciência crítica e reflexiva sobre a organização dos projetos e sobre os acontecimentos dentro da escola e externos a ela. (p. 110)

Nesta perspectiva, criou-se o conselho escolar, um órgão capaz de atender as necessidades e os anseios das comunidades escolares, que almejavam mudanças para desenvolver uma aprendizagem da melhor forma possível para seus alunos.

Mas o que vem a ser conselho escolar? Segundo os estudiosos, são órgãos colegiados que representam as comunidades escolar e local, formados por representantes de pais,

professores, e demais funcionários da escolar, atuando em sintonia com a administração da mesma, direcionando caminhos viáveis para o progresso educativo e para as decisões financeiras, administrativas e políticos-pedagógicos, condizentes com a realidade e as prioridades da escola. Porém, para que isso ocorra, é preciso que esteja ligado diretamente ao trabalho escolar e acompanhar o processo de ensino aprendizagem. De acordo com o programa nacional de fortalecimento dos conselhos escolares (2007), caderno 2, fica evidente que:

A função político-pedagógica do Conselho Escolar se expressa no “olhar” comprometido que desenvolve durante todo o processo educacional, tendo como foco privilegiado a aprendizagem, qual seja: no planejamento, na implementação e na avaliação das ações da escola. (p. 18)

Entretanto, as funções e responsabilidades dos conselhos referentes ao seu funcionamento são estabelecidos pelo próprio sistema de ensino e pela escola, visando a realidade que o cerca, seguindo sua natureza político – educativa.

Mediante a isso, cabe ao conselho, também, questionar e analisar as ações propostas a ser desenvolvida no ambiente escolar, auxiliando desta forma a gestão, para que ocorra uma administração bastante participativa. Com relação a isso, Verza (2000), afirma que:

Por outro lado, também, se diz que ao conselho cabe “criar mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar na definição do projeto político pedagógico”. Aqui se assume que o conselho participa, quer na definição do projeto político pedagógico, quer do administrativo. Pode criar os mecanismos indispensáveis a efetiva participação democrática da unidade escolar. (p. 195)

Os conselhos escolares, ao longo do tempo vêm sendo muito questionado no que diz respeito aos benefícios que regem o processo democrático da educação, na participação ativa dos membros e na qualidade do ensino e aprendizagem. Logo, podemos constatar que é essencial a participação de diferentes segmentos que constituem a instituição escolar, contribuindo com a gestão na tomada de decisões pedagógicas e administrativas da escola, como também, na construção do seu projeto político-pedagógico.

Segundo Aguiar (2007),

Todos os representantes do conselho escolar tem o direito a votar para decidir, reformular, acompanhar e responder tudo o que está relacionado ao processo de construção do projeto político pedagógico. No conselho, o

diretor deve estar consciente de que é buscada uma gestão democrática, necessitando da divisão das decisões com seus membros. (p. 101)

Entretanto, o conselho escolar não pode atuar sozinho, tomando para si toda a responsabilidade, mesmo sendo agente de mudança que impulsiona a democracia e apoia a gestão dentro do campo escola. Este órgão, unido a outras políticas, forma uma base que serve de sustentação, conscientização e melhoramento administrativos para a população escolar, sem mencionar é claro, no crescimento social e autônomo do município e do país. O programa de fortalecimento dos conselhos escolares, caderno 1 (2007) afirma que:

A atuação consistente desses Conselhos implica a consideração e o apoio a outras lutas, tais como as desenvolvidas por condições materiais satisfatórias de infra-estrutura das escolas, valorização efetiva dos profissionais da educação (formação continuada e salários dignos), entre outras, que devem igualmente ser fortalecida e encaminhadas pelos organismos sociais competentes (sindicatos, associações de educadores, entidades acadêmico-científicas da área educacional). Certamente, esse tipo de programa não pode substituir políticas públicas de maior amplitude e alcance, mas ele poderá plantar sementes que alimentarão uma nova prática escolar, prática esta que, a depender da vontade política e da ação concreta dos envolvidos no processo, poderá ter desdobramento muito positivos no dia – a dia das escolas e das comunidades por ele atingidas. (P. 29)

Podemos perceber que a ideia desse programa é deixar clara a importância dos conselhos escolares como prática pedagógica, participativa e democrática, a qual envolve todos os ângulos educacionais, vivenciando as conquistas e desafios existentes no ambiente escolar.

1.1- A CONSOLIDAÇÃO E O PAPEL DOS CONSELHOS ESCOLARES

Com as transformações ocorridas no campo político educacional, sendo pré-estabelecidas na Constituição de 1988, as quais foram intensificadas com a criação da LDB de 1996 (9394/96), Lei de Diretrizes e Bases e a implantando da gestão democrática, o governo brasileiro, inseriu alguns mecanismos, entre os quais, o Conselho Escolar. No artigo 14 dessa Lei, o referido Conselho é constituído por sujeitos pertencentes à comunidade escolar, os quais a representa sendo escolhidos por meio de votação, ocupando assim, as vagas destinadas a dois (2) participantes de cada seguimento representativo.

Neste sentido, a LDB, no art. 14 ainda é mais precisa ao afirmar que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público da educação básica de acordo com as suas peculiaridades, conforme os seguintes princípios: I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (programa de fortalecimento dos conselhos escolares, caderno 1, p. 24)

Sabemos que a escola pública em todos os seus níveis e modalidades, tem como meta formar sujeitos autônomos e críticos de sua realidade, construindo conhecimentos, atitudes e valores que norteiam a sociedade, visando um futuro melhor no âmbito educativo. Logo com a implantação dos conselhos escolares, surgiu uma nova maneira de administrar o patrimônio público, visando os interesses de todos e buscando construir coletivamente um ensino de qualidade.

O primeiro passo, para o progresso de um conselho dentro de uma escola é a consolidação de uma educação de qualidade e igualitária para todos, para que essa ideia venha a ser realidade é preciso que haja união entre todos os grupos sociais (comunidade e escola), objetivando desenvolver cidadãos conscientes capazes de compreender a importância que possui o conselho escolar e a sua função político – pedagógica, na gestão democrática. Neste sentido:

O Conselho Escolar é o órgão consultivo, deliberativo e de mobilização mais importante do processo de gestão democrática na escola. Sua tarefa mais importante é o desenvolvimento da prática educativa e, nela, o processo ensino-aprendizagem. Assim, a função do conselho escolar é fundamentalmente político-pedagógica. É política, na medida em que estabelece as transformações desejáveis na prática educativa escolar. É pedagógica, pois indica mecanismos necessários para que essa transformação realmente aconteça. Nesse sentido, a primeira atividade do conselho escolar é a de discutir e delimitar o tipo de educação a ser desenvolvido na escola, para torná-la uma prática comprometida com a qualidade socialmente referenciada. (Programa de fortalecimento dos conselhos, caderno 2, p.21)

É competência também desse órgão, fiscalizar as questões financeiras das instituições, acompanhando de perto a realização das ações que foram desenvolvidas, definir e acompanhar o desenrolar do projeto político – pedagógico da escola, já que os conselhos são o sustentáculo do mesmo.

Há vários órgãos no Brasil que foram criados como apoio no controle da sociedade civil e na administração pública. Um desses órgãos é o Plano Nacional de Educação

(PNE), este por sua vez, busca caminhos para suprir as necessidades básicas das escolas, atuando juntamente com os conselhos escolares.

Esse programa do governo Federal procura concretizar os objetivos principais da educação, porém nem sempre tais necessidades são solucionadas, pois são muitas e por isso algumas passam despercebidas pelos órgãos federais. Diante dessa realidade, cabe aos os conselhos escolares agir com maior intensidade, já que conhecem realidade à sua volta.

Com base nessa informação sobre conselhos escolares, podemos constatar que eles abrangem um caráter totalmente democrático em toda a sua essência. Nessa perspectiva, é primordial criar um conselho de maneira que venha contribuir com a formação do sujeito político em sua totalidade.

Recomenda-se que os Conselhos Escolares sejam constituídos por um número ímpar de integrantes, procurando-se observar as diretrizes do sistema de ensino e a proporcionalidade entre os segmentos já citados, ficando os diretores das escolas como “membros natos”, isto é, os diretores no exercício da função têm a sua participação assegurada no Conselho Escolar. Como todo órgão colegiado, o Conselho Escolar toma decisões coletivas. Ele só existe enquanto está reunido. Ninguém tem autoridade especial fora do colegiado, só porque faz parte dele. (Programa de fortalecimento dos conselhos; caderno 5)

Com isso, percebe-se que a contribuição dos Conselhos Escolares para o exercício da democracia participativa é de grande ajuda para a gestão democrática da escola, devido ao seu poder de decisão, tendo em vista que ele não diminui em nada a administração do gestor escolar, mas auxilia e colabora com a instituição, apontando novos horizontes para o crescimento e o progresso das escolas públicas e do ensino aprendizagem.

Os conselheiros devem ser pessoas empreendedoras de ideias, que visem ações voltadas para os requisitos que lhes foram atribuídos, procurando soluções para diversos problemas dentro do ambiente escolar. Eles devem ser pessoas comprometidas com a comunidade escolar e local, já que são membros que estão diretamente em contato com a população e conhecem a realidade que a cerca.

1.2 – COMO DEVEM FUNCIONAR OS CONSELHOS ESCOLARES?

É fundamental, que o conselho escolar se reúna ao menos uma vez por mês com uma pauta bem organizada e distribuída previamente a todos os membros do conselho, buscando

junto a cada representação do segmento, discutir e definir em conjunto os conteúdos que serão apresentados no decorrer da reunião.

Mesmo acontecendo às reuniões mensais, é dever dos conselheiros sempre que preciso convocar os seguimentos que representam para mantê-los informados sobre as decisões tomadas. Contudo, nas assembleias gerais, as decisões devem refletir os interesses e o ponto de vista de cada seguimento envolvido nesse processo de melhorias para a instituição de ensino, visando uma educação de qualidade.

Para que ocorra uma educação de qualidade, é preciso que a instituição educativa estimule a participação ativa de todos que fazem parte da comunidade escolar, principalmente, dos membros do conselho pertencentes à mesma, buscando criar um ambiente dialógico e autônomo. Segundo Gadotti (1994):

A autonomia se refere à criação de novas relações sociais que se opõem às relações autoritárias existentes. [...] A autonomia admite a diferença e, por isso, supõe a parceria. Só a igualdade na diferença e a parceria são capazes de criar o novo. Por isso escola autônoma não significa escola isolada, mas em constante intercâmbio com a sociedade. (p. 5)

Assim, podemos perceber que ao incentivar a participação nas decisões e execuções dos projetos educativos desenvolvidos pelo corpo docente, a escola está colaborando com a formação crítica do cidadão e favorecendo a autonomia do agir e do pensar, tendo em vista que os mesmo são de extrema importância, como nos mostra Santos (2006) ao declarar que:

A autonomia pode ser entendida como a capacidade das pessoas de decidir sobre seu próprio destino, ou seja, autogoverna-se. “Numa instituição a autonomia significa ter poder de decisão sobre seus objetivos e suas formas de organização, manter-se relativamente independente do poder central, administrar livremente os recursos financeiros” (Libâneo, 2001, p. 115). Na escola isso vai significar a possibilidade de traçar seu próprio caminho, envolvendo professores, alunos, funcionários, pais e comunidade, unidos no sentimento de co-responsabilidade pelo êxito da instituição. (p. 11)

Portanto, é importante compreendermos que a participação é um processo a ser construído aos poucos de maneira coletiva, já que ela não impõe muito menos se decreta, mas acontece de forma livremente por meio da diálogo entre todos. Nesse sentido Freire (2002) explica que: *“O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o*

“pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos” (p. 43).

Libâneo (2005) esclarece de modo sucinto a função do conselho para uma gestão democrática, quando explica que:

A participação é o meio para assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima de trabalho favorável a maior aproximação entre professores, alunos e pais. (p. 328)

Constatamos então, que a participação torna-se extremamente importante para a construção de uma educação de qualidade, onde todos, família e escola interagem, opinam e colaboraram com a efetivação das ações educativas desenvolvidas pela comunidade escolar e local.

Em todos os lugares em que a democracia impera, faz-se necessário a participação ativa de todos os conselheiros, pois eles têm o direito de dar sua opinião sobre determinado assunto, objetivando condições melhores de vida, seja em sua cidade, comunidade e também no âmbito educacional, considerando que assim estão exercendo sua cidadania.

Ao longo dos anos, a escola passou a ser considerada o espaço principal para o exercício democrático e das ações participativas. Sabemos que é nesse ambiente que o sujeito amplia e desenvolve suas capacidades e habilidades educacionais, tornando-se capazes de lutar por seus direitos constitucionais e pela manutenção dos mesmos, sem deixar de exercer seus deveres de cidadãos. Por isso, Rodrigues (1989) enfoca o valor significativo que uma escola democrática possui, quando diz:

Ter uma escola democrática significa desenvolver uma educação escolar que compreenda as diversas interferências e interesses que perpassam a sociedade e que organiza o ensino de forma a levar o educando a compreendê-los e a compreender o papel de cada um, individualmente, e o de cada grupo organizado, para poder interferir nas ações dessa sociedade. (p. 60)

Diante dessa realidade, vemos que numa instituição onde acontece uma gestão democrática, ela só tem a progredir, juntamente com seus aprendizes.

Com relação a outros mecanismos, os conselhos escolares possui um papel fundamental na execução dos projetos político – pedagógico das escolas públicas, favorecendo a autonomia e combatendo uma burocracia meramente formal, que ao invés de acrescentar, termina muitas vezes, prejudicando o crescimento das instituições escolares.

Portanto, podemos perceber que os conselhos escolares desempenham uma função de grande importância na execução das ações desenvolvidas nas escolas públicas, nos seus projetos educativos e sociais, apontando novos caminhos para uma gestão democrática, que vise o progresso escolar.

CAPÍTULO II

2. ESCOLA PÚBLICA: ESPAÇO DE FORMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

A educação brasileira passou por diversas dificuldades para se solidificar e se tornar na que temos hoje. No entanto, somente no final da década de 1990, é que se acontece de fato, o acesso ao ensino fundamental, o qual foi totalmente implantado no país, apesar de que em alguns estados, isso já havia se tornado verdade, pois já fazia parte da realidade.

Ao longo do tempo, as escolas públicas começaram a enfrentar uma série de problemas que passaram a provocar certa distância ocorrida entre as escolas e a comunidade local, causando um profundo desinteresse e insatisfação com relação ao funcionamento dessas instituições educacionais.

Deste modo, tomando como base o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, produzidos pelo MEC, percebemos que os conselhos escolares tornaram-se os órgãos principais para o progresso educativo, já que, os mesmos buscam junto, às escolas, um ensino de boa qualidade para todos, independentemente da classe social a que pertençam.

A escola é um espaço burocrático, que integra um sistema cuja tarefa é promover a formação do cidadão como um todo, introduzindo-o, por meio da socialização, em uma sociedade puramente capitalista, que busca a cada dia, o acúmulo de riquezas. No entanto, não será se afastando da escola, que os problemas existentes nela serão resolvidos. Os conflitos pelos quais passam podem parecer fácil para quem não luta por uma boa educação, mas não para quem busca melhorias no processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com o programa de fortalecimento dos conselhos escolares (2004), caderno 1 :

Passamos por várias fases do processo capitalista, em que aprendemos o valor de lutar pela conquista e pela democracia. [...] As conquistas históricas trazidas por essa democracia representativa serão ampliadas e novos avanços reais para a grande maioria da população serão conquistados quando a democracia for se tornando, cada vez mais, uma democracia participativa. (p. 16)

A escola é o espaço principal de formação do sujeito como ser social, Logo, a sua contribuição é fundamental para formar sujeitos capazes de reivindicar, questionar, criticar e

transformar a realidade, por meio do exercício da democracia. Segundo o programa de fortalecimento dos conselhos escolares (2004) a escola tem como função principal: *“formar o cidadão, isto é, construir conhecimentos, atitudes e valores que tornem o estudante solidário, crítico, ético e participativo”*. (p. 17)

Cabe também ao conselho escolar acompanhar as estratégias de ação criadas pela gestão escolar, interferindo sempre que possível na realização dessas ações, assim como avaliar o projeto político pedagógico (ppp), buscando contribuir de forma significativa com a criação de um novo ambiente escolar. Por isso, o conselho precisa estar em sintonia com a gestão escolar, tomando decisões coletivamente nas esferas administrativas, financeira e político-pedagógica, atuando na prática educativa desenvolvida no âmbito educacional.

Como um ambiente educativo, social e de inclusão, a escola é um espaço específico para a formação do ser humano. Sendo assim, o conselho escolar, no cumprimento de suas funções, tem de modo particular, o direito e o dever de criar espaços para as discussões, buscar alternativas para enfrentar as dificuldades, possibilitar a construção coletiva do projeto educativo e programar as possíveis inovações, apoiando principalmente os gestores e favorecendo, assim, a participação de todos.

Nessa perspectiva, entendemos que a escola aos poucos vai se transformando em um ambiente multiplicador da democracia, considerando que através dela o indivíduo recebe sua formação integral e é preparado para exercer seus direitos e deveres, como cidadãos.

Segundo Freire (1993):

É preciso e até urgente que a escola vá se tornando um espaço acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por puro favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte, contudo, o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade. (p. 89)

Na visão de Paulo Freire, a instituição escolar deve formar cidadãos conscientes de sua realidade, capazes de transformar o espaço em que vive por meio de sua participação efetiva na sociedade em que vive.

2.1 AS CONTRIBUIÇÕES DO CONSELHO ESCOLAR PARA A ESCOLA

Considerando os contornos que assumem as relações entre os diferentes elementos existentes no interior da instituição escolar, que direta ou indiretamente, interferem na organização da mesma, constatamos que muitos destes não são visíveis, isso porque, o espaço escolar é o resultado da interação de vários grupos que se organizam, entre eles o mais importante, o conselho escolar, órgão colegiado que desempenha um papel fundamental, o de acompanhar o desenvolvimento da escola em todos os ângulos.

Como órgão atuante junto à gestão democrática, o conselho escolar possui liberdade para tomar as decisões coletivas e contribuir para a construção de uma nova educação, no cotidiano da vida escolar. Sendo assim, é essencial sua participação na elaboração, discussão e aprovação do projeto político-pedagógico das escolas, avaliando-os continuamente e ao mesmo tempo, buscando soluções para as dificuldades surgidas no processo de ensino-aprendizagem dos indivíduos, agindo de acordo com a realidade que envolve o campo educacional e lutando pelo cumprimento dos seus direitos.

Evidentemente, que não se pode construir uma escola dinâmica, democrática, acolhedora e interativa, sem o envolvimento e a participação de todos que a compõem, ou sob a administração centrada apenas no gestor, mas por um grupo colegiado que reúna todos os envolvidos na esfera educacional. Sobre isso, o estudioso Paulo Freire (1993), explica que:

Ninguém vive plenamente a democracia, nem tampouco a ajuda a crescer, primeiro, se é interdito no seu direito de falar, de ter voz, de fazer o seu discurso crítico; segundo, se não se engaja, de uma ou de outra forma, na briga em defesa deste direito, que, no fundo, é o direito também de atuar. (p. 88)

Daí, podemos entender que os conselhos escolares são considerados espaços de participação, onde cada um tem o direito de opinar e, portanto, de exercício de liberdade democrática.

A concretização das propostas discutidas e expostas no conselho escolar demonstra a grande importância do compromisso do gestor para com o desenvolvimento das ações planejadas para o melhoramento da escola. No entanto, sabendo que os conselhos são órgãos criados por meio de entidades nacionais que dão suporte as escolas e municípios, nem sempre todos atuam com o mesmo empenho.

Entretanto, além de estar ligado a essência do trabalho escolar, o conselho estrutura as atividades burocráticas, administrativas e pedagógicas da escola e assim, acompanha o desenvolvimento da prática educativa, no processo ensino-aprendizagem. Contudo, os

conselhos escolares possuem as seguintes funções: consultar, deliberar, fiscalizar, mobilizar e executar.

Quando o conselho opina, assessora e encaminha às questões dos vários segmentos, ele está assumindo a função consultiva. Todavia ao examinar uma decisão, ao elaborar normas internas da escola e as questões referentes aos aspectos pedagógicos e administrativos, desempenha o papel deliberativo.

Ao acompanhar, fiscalizar e avaliar as ações educativas da escola está exercendo a função fiscalizadora. Se, portanto, articular e estimular a participação dos segmentos, em diversas atividades, contribuindo para a democracia escolar, está realizando a função mobilizadora. E por fim, quando movimenta os recursos públicos financeiros destinados a instituição de ensino, realiza a função executora.

Todavia, esse órgão colegiado ainda apresenta dentro das escolas, outras funções, como Werle (2003) nos afirmar quando diz que:

[...] Não é simplesmente resolver o problema do muro da caixa d'água ou das lajotas do pátio, mas comprometer-se com o perfil de pessoas que está sendo formado ali dentro, com valores que estão sendo passados em sala de aula. (p. 60)

Vale salientar, que mesmo exercendo essas funções, o conselho escolar, só existe quando está reunido, isto significa que ninguém tem autoridade fora da reunião, mesmo fazendo parte dele.

2.2 - CONSELHO ESCOLAR: CAMINHO PARA MUDANÇA NA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Pensar em uma educação de qualidade para todos implica, portanto, entendermos todo esse processo cultural e social que envolve completamente o ambiente educativo e de como está sendo realizada a articulação entre a democratização da gestão e o conselho escolar.

Para isso, a escola precisa construir uma gestão participativa e autonôma, baseada nas relações de cooperação, exercitando a pedagogia do respeito às diferenças e do diálogo, garantido assim, a participação da comunidade escolar e local, como a liberdade de expressão para todos.

Neste contexto, entende-se que a participação da comunidade, é fundamental no processo progressista da escola, já que se torna também, responsável pela melhoria do ensino. De acordo com Gohn (2003):

Participar é visto como criar uma cultura de dividir as responsabilidades na construção coletiva de um processo, [...] é dividir responsabilidades com a comunidade. Essa última é vista como parceria, como co-responsável permanente, não apenas um ator coadjuvante permanente, em programas esporádicos. A participação envolve também lutas pela divisão das responsabilidades dentro do governo. (p. 19)

A escola é a principal responsável pela participação de toda comunidade escolar. A implantação dos conselhos significou uma nova forma de gerir a coisa pública, considerando que os interesses dessas instituições educativas estão voltadas para todos, resultando um ensino de qualidade e um aprendizado contínuo, dessa maneira, a gestão democrática não é mais a única responsável pelo progresso educativo, mas toda a comunidade escolar, considerando, pois que a escola é de todos.

Segundo Márcia Regina (2007):

O diretor de escola, consciente da importância da pedagogia da participação, toma-a como um modelo de vida e um valor presente em sua administração e na relação com todos os segmentos da escola. A cultura da participação, entretanto, não pode ficar restrita apenas aos membros do Conselho de Escola [...] mas deve contemplar todas as pessoas envolvidas no processo educacional. (p. 76)

Logo, podemos constatar que a participação é uma questão política, que busca contribuir com a formação do sujeito num contínuo processo de aprendizagem, tornando-o crítico de sua realidade.

Para que a participação torne-se verdadeira, é necessário que a gestão torne-se de fato, democrática, transparente, promovendo a união da comunidade escolar, conscientizando sobre a importância que possui dentro do grupo. Contudo, o conselho tem a tarefa de colaborar com a gestão democrática no desempenho de seu trabalho.

Sobre isso Cury (2001) faz a seguinte afirmação:

A gestão democrática é mais do que a exigência de transparência, de impessoalidade e moralidade. Ela expressa tanto a vontade de participação que tem se revelado lá onde a sociedade civil conseguiu se organizar automaticamente. (p. 55)

A participação, na maioria das vezes é compreendida como um processo complexo, o qual envolve inúmeros cenários e múltiplas possibilidades organizacionais. Logo, não existe somente uma maneira de participação ou uma lógica, mas diversas dinâmicas que caracterizam um processo de pequena participação e outra que caracterizam por efetivar processos em que se buscam compartilhar as ações, como também as tomadas de decisões, através do trabalho elaborado de modo coletivo, envolvendo, portanto, os diferentes seguimentos da comunidade escolar.

Nesse percurso, é fundamental que a gestão organize as atividades que mantém assegurada a relação da instituição educativa com a comunidade, visando o apoio da família no processo de ensino e aprendizagem no cotidiano escolar. Segundo o estudioso Libâneo (2003):

Implica ações que envolvem a escola e suas relações externas, tais como os níveis superiores de gestão do sistema escolar, os pais, as organizações políticas e comunitárias, as cidades e os equipamentos urbanos. O objetivo dessas atividades é buscar as possibilidades de cooperação e de apoio, oferecidas pelas diferentes instituições, que contribuam para o aprimoramento do trabalho da escola, isto é, para as atividades de ensino e de educação dos alunos. Espera-se especialmente, que os pais atuem na gestão escolar mediante canais de participação bem definidos. (p. 348-349)

Para que a gestão participativa seja transformada em realidade no ambiente escolar, é preciso despertar o desejo de uma participação efetiva em todos os seguimentos que fazem parte do conselho escolar, conscientizando-os da força que possuem e do trabalho que desempenham dentro da escola. Entretanto, para compreendermos melhor o que foi dito, Paro (2001) declara que:

Se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. É nesse sentido que precisam ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola. (p. 10)

Sendo a escola um lugar repletos de contradições e diferenças, procura-se construir nesse espaço a participação coletiva no trabalho educacional, garantindo a todos os participantes a total liberdade de expressar suas opiniões, porém, sem perder o equilíbrio diante de determinadas situações que por ventura, buscam prejudicar o andamento do

processo em si, já que infelizmente, existem poucos que lutam por melhorias e pelo progresso da educação e muitos que procuram apenas atrapalhar.

Contudo, vale salientar que quando a gestão democrática e os órgãos colegiados trabalham conjuntamente, quem ganha com isso é a própria escola, que aumenta as possibilidades de progredir na construção de um ensino qualitativo, garantindo a formação integral do aluno.

2.3 – A ESCOLA NA ATUALIDADE E A INTERFEÊNCIA DOS CONSELHOS ESCOLARES

Compreende-se que, a educação é o meio mais eficaz para a evolução do ser humano e conseqüentemente para a transformação de uma sociedade em todos os seus níveis, considerando que o conhecimento é a chave para o progresso e a libertação de um determinado povo, ou nação.

Evidentemente que para entender as novas configurações da sociedade atual, torna-se fundamental fazer uma avaliação de sua tarefa, mediante as transformações sociais e culturais que são ocorridas no processo de ensino/aprendizagem nas escolas públicas, considerando que na contemporaneidade a escola transformou-se em uma organização burocrática instituída pelo Estado e seu principal papel é o de formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres perante a sociedade.

Diante dessa realidade, entende-se que o termo educar, traz consigo, um forte significado para os novos tempos em que estamos vivenciando, considerando que atualmente a educação é entendida como forma de liberdade do indivíduo, já que, mexe com a sua subjetividade buscando apropriar-se da pluralidade cultural que o cerca. Pois o Programa de fortalecimento dos conselhos escolares (2004), caderno 3 nos mostra que:

Além dessa apropriação da cultura, a pessoa precisa construir as condições subjetivas para intervir originalmente no curso dos acontecimentos. A escola tem a função de contribuir para o desenvolvimento das capacidades do sujeito e para a construção das condições subjetivas de pensar e criar. (p. 33)

Mediante a esse contexto, pode-se perceber que a escola possui uma importante responsabilidade para com a formação do sujeito, por possibilitar ações que tornam efetivo os direitos sociais, contribuindo da melhor forma possível com a construção das suas inúmeras

capacidades cognitiva e do seu senso crítico, perante a sociedade vigente que o rodeia. De acordo com Gadotti (1995), *“a força da educação está no seu poder de mudar comportamentos. Mudar comportamentos significa romper com certas posturas, superar dogmas, desinstalar-se, contradizer-se”*. (83)

Hoje a questão primordial que envolve a escola refere-se à sua qualidade, a qual está estritamente ligada aos seus pequenos projetos pedagógicos desenvolvidos na mesma e tem apresentado muita eficiência na conquista dessa qualidade educacional. Todavia não se pode esquecer que é nesse espaço que a educação se dá, por isso, a escola deve ser movimento e não ter medo de ousar, inovar e criar um diálogo entre as pessoas, favorecendo a troca de experiência entre docentes e discentes, promovendo, assim, a aprendizagem. Segundo Padilha (2003):

Uma escola onde educadores e educadoras, educandas e educandos, rejuvenescem permanentemente na percepção, no contato e na troca de experiências com o outro, porque eternos aprendizes, sujeitos ao mesmo tempo individuais e coletivos, a favor de uma escola criativa, ousada, democraticamente organizada. (p. 90)

A escola vem passando por grandes mudanças no contexto atual, isso ocorre devido às influências que recebe dos órgãos federais que acompanham o seu desenvolvimento educacional e também do órgão colegiado que caminha lado a lado com a mesma, os conselhos escolares, os quais buscam em parceria com a gestão democrática, colaborar diretamente com o progresso nas instituições de ensino, visando uma educação de qualidade que contemple a todos.

Nesta nova perspectiva, podemos constatar que o conselho escolar tem sido um instrumento bastante eficiente na participação e no exercício da democracia escolar. Isto porque, sua representatividade é constituída por diferentes sujeitos, tanto do ambiente escolar, quanto do comunitário, que interferem positivamente nas tomadas de decisões da gestão democrática.

Sendo assim, as Leis de nº 17.866 de 2004 que normatizam a gestão democrática no Sistema Municipal de Ensino e Lei 17. 867 de 2004 que normatiza a implantação do Sistema Municipal de Educação orientam o conselho escolar:

Art, 24 – Os colegiados das Unidades de Ensino da Rede Municipal são instâncias permanentes de debates e entidades articuladoras de todos os setores, escolar e comunitário, constituindo-se um conselho escolar, em cada

escola, formado por representantes dos segmentos da comunidade escolar e local.

Art. 25 – O Conselho Escolar resguardado os princípios constitucionais as normas legais e as normas legais e as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação terá funções consultiva, deliberativa e fiscalizadora nas questões pedagógicas – administrativas – financeiras. Parágrafo Único – O Conselho Escolar é também sociedade civil, sem fins lucrativos, dotado de personalidade jurídica de direito privado, com a finalidade de gerir recursos financeiros, objetivando o funcionamento excelente da Unidade de Ensino e a melhoria da qualidade do processo ensino – aprendizagem. (Lei 17.866/04).

Porém, não é dever apenas do conselho assegurar o envolvimento da comunidade, nem a sua ativa participação, pois isso é também de responsabilidade da gestão democrática.

Ainda no Art. 28, podemos constatar de modo claro as competências que são de responsabilidades do conselho escolar:

- I – Elabora seu próprio regimento com base nas diretrizes previstas nesta lei, zelando pelo seu cumprimento;
- II – Criar e garantir mecanismo de participação efetiva e democrática da comunidade da comunidade escolar na elaboração do PDE;
- III – Aprovar o plano de aplicação financeira e apreciar a prestação de contas do diretor;
- IV – Recorrer à Secretaria municipal de Educação sobre questões que na se julgar apto a decidir e não previstas no regimento escolar;
- V – Analisar e apreciar as questões de interesse da escola a ele encaminhado;
- VI – Analisar os resultados da avaliação interna e externa da escola e contribuir para a implementação das alternativas propostas para a melhoria do desempenho dos alunos;
- VII – Encaminhar, quando for o caso, à autoridade competente, proposta de instauração de sindicância para fins de destituição de diretor e vice-diretor da escola, em decisão tomada pela maioria absoluta e com razões fundamentais e registradas formalmente.

O papel do gestor é de disponibilizar subsídios para que a prática participativa aconteça de modo efetivo, desenvolvendo sugestões, ideias, conceitos e valores, os quais constituem desta maneira o projeto educativo da escola, objetivando uma escola mais comprometida com a formação cognitiva, cultural e social de seus educandos.

De acordo com Paro (2001):

Na realidade de nossas escolas públicas básicas, em que se evidencia o divórcio entre a prática escolar cotidiana e uma consistente emancipação intelectual e cultural dos educandos, o que se verifica é que a estrutura da escola mostra-se inteiramente consoante com esse divórcio (...) na medida

em que não é concebida de modo a favorecer a condição de sujeito dos agentes envolvidos. (p.44)

Sabemos que o conselho escolar tem buscado desenvolver um excelente trabalho, junto à direção das escolas públicas, através da sua intervenção em todos os ângulos, ou seja, na construção do projeto político-pedagógico, na elaboração do regimento interno e nas ações administrativas, entre outras, que favorecem a instauração do respeito ao educando no que diz respeito à sua aprendizagem, como ao crescimento profissional dos educadores.

Nesse processo, o conselho escolar atua plenamente no ambiente de ensino, no intuito de intervir nas ações organizacionais realizadas pelas comunidades local e escolar, buscando fazer da escola um lugar atrativo e agradável, onde o aluno sinta-se seguro e estimulado a aprendizagem.

Portanto, o conselho escolar, tornou-se fundamental para o progresso educacional hoje, considerando que através dele as instituições passaram a ter mais autonomia financeiramente e a desenvolverem uma formação de qualidade.

CAPÍTULO III

3 – CAMINHOS PERCORRIDOS PARA A PESQUISA: DESCOBRINDO O FUNCIONAMENTO REAL DOS CONSELHOS ESCOLARES

É essencial a participação do conselho escolar nas instituições de ensino, pois por meio dele pode-se chegar aos problemas existentes na escola. Porém, para que exerça bem o seu papel, é necessário dedicação, planejamento e organização no ambiente escolar. Desta forma, é fundamental a construção de bases de maneira coletiva, logo a escola precisa estar organizada de forma adequadamente, tendo em vista o propósito de construir conjuntamente um espaço que possibilite a formação integral do aluno, educando-o para a vida.

No decorrer do tempo, alguns estudos realizados nesta linha, tem apontado diversos fatores importantes que podem fazer a diferença. Com base nisso, partimos para algumas escolas municipais, onde existe conselho escolar, no intuito de observar como se dá o seu funcionamento nessas instituições de ensino.

Cuitegi é um pequeno município do interior, possui uma população de aproximadamente 6 mil e 700 habitantes, contém 14 escolas e 02 creches. Esses ambientes educativos estão abrigados nas zonas rurais e urbanas, atendendo o ensino infantil e o fundamental. Na referida pesquisa buscamos realizar uma análise geral do funcionamento dos conselhos nessas redes de ensino, tomando como base para a observação, uma dessas escolas.

Fazendo a observação dos prédios da rede municipal de ensino, percebemos que a maioria deles está em bom estado de conservação, embora alguns não possuam espaços adequados para a realização das brincadeiras no momento recreativo das crianças. Notamos que as mesmas, dispõem de materiais didáticos e mesmo ainda não dispoendo de bibliotecas, possuem grandes quantidades de livros literários infantis e infanto-juvenil, que são organizados de modo improvisados em algumas estantes, por não haver espaço adequado para eles.

Foi possível perceber durante as observações, que nem sempre a gestão escolar possui autonomia para agir diante de determinadas situações, nem para tomar algumas decisões, embora aparente o contrário. No entanto, muitas coisas ainda são realizadas a partir da inspeção feita Secretaria Municipal de Educação, que orienta e acompanha os ambientes escolares.

Conforme a observação feita constatou-se que, ainda há algumas escolas no município de Cuitegi com uma infraestrutura insuficiente, com uma média de aproximadamente 28 a 30 alunos por sala. Desse modo, entende-se que ainda há muita coisa a ser feita pela melhoria do ensino, pois o ambiente precisa ser agradável e acolhedor.

Todavia, podemos perceber que os pais demonstram pouco interesse em participar da escola, nem buscam se envolver com as atividades escolares. Segundo a direção escolar e alguns professores, a maioria dos pais só procura vir à escola, quando são convocados pela gestão escolar para reuniões e só permanece se o assunto for interessante e do interesse deles. Nesse sentido, Paulo Freire (2000), declara que:

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história. (p. 16)

Sobre essa realidade, Lima (2007) ainda relata que:

Construir um espaço democrático implica, também a reorganização do trabalho no interior da escola, mudando, reordenando e criando condições e espaços significativos para a participação solidária que deve ser incentivada dentro de certos valores, como o respeito, a solidariedade, a equidade, a ética e a responsabilidade. (p. 77)

Constantemente são atribuídos grandes desafios ao educador que acabam por interferir nas ações educativas que são planejadas, isso acontece devido a um enorme desejo de mudança que se apodera de todo o corpo docente, no entanto, nada pode ser desafiador para a gestão, considerando que ela é quem mais influencia a concretização dessas ações dentro do espaço escolar.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases) nos explica que:

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (art. 22)

Portanto, a LDB fornece bases legais para que a própria escola se organize de diversas maneiras, desde que as normas da grade curricular sejam observadas, como também a legislação que a rege.

Entretanto, sabemos que nem todos procuram se envolver com as escolas, infelizmente, isso ocorre em grande parte das instituições escolares. Contudo, a busca pelas transformações nesses espaços termina superando os desafios. Logo, essa realidade, prejudica a atuação dos conselhos escolares, por não favorecer o desenvolvimento de seu trabalho, junto à gestão.

Para tanto, é necessário que a gestão facilite o trabalho dos conselhos e organize adequadamente os espaços que possibilitem a formação integral do indivíduo, como também, de todos que fazem parte do ambiente educacional.

Certamente, para que a escola possa promover uma educação que contemple a todos, torna-se fundamental o respeito às diferenças e um tratamento igualitário para todos, com o propósito de construir um espaço favorável à formação dos educandos e de dos que estão envolvidos na mesma.

Com relação aos dispositivos legais, constatamos que os conselhos escolares têm atuado da melhor forma possível, junto a qualquer ação programada pela proposta pedagógica das escolas, seguindo as exigências existentes na grade curricular e de educadores habilitados.

Durante a pesquisa, ficou constatado que há em grande parte das escolas públicas uma gestão que mesmo enfrentando algumas dificuldades, desenvolve um bom trabalho com a colaboração do conselho escolar, conduzindo de modo eficiente o processo de ensino e aprendizagem, criando assim, um ambiente flexivo e atrativo.

Nessa direção, o conselho escola desempenha uma função essencialmente importante dentro do ambiente educativo, tanto na colaboração organizacional da escola, como também com o tempo pedagógico.

Para levantarmos mais informações, recorremos à Secretaria de Educação do município e constatamos que mesmo se tratando de uma cidade pequena e com pouco desenvolvimento, Cuitegi não fica atrás das exigências propostas pelo conselho escolar. Ficou claro que os pais dos alunos conhecem a existência dos conselhos nas escolas, considerando que as mesmas procuram sempre se reunir com os conselheiros, com o propósito de buscar meios para o desenvolvimento de uma aprendizagem de qualidade para seus alunos.

Ressaltamos também, que nessas reuniões, os pais são convidados a acompanhar o desempenho educativo dos seus filhos e a participar das discussões sobre diversos assuntos interno e externo, existentes no âmbito de ensino, e a conhecer a função dos conselheiros e

sua importância para a gestão democrática e o progresso da escola. Mas infelizmente, nem todos os membros demonstraram interesse, nem participaram como deveriam, chegando até a tecer comentários maldosos, que nada acrescentam para o crescimento da instituição escolar.

No entanto, é importante lembrar que nem todos os pais possuem um grau elevado de escolaridade. De acordo com as informações obtidas da Secretaria de Educação, muitos pais sequer possui o ensino fundamental completo, daí, é de se surpreender, quando eles participam ativamente das tomadas de decisões, no decorrer das reuniões, opinando, discutindo e apresentando ideias que favorecem gradativamente o processo de ensino e aprendizagem.

3.1.1 – O DISCURSO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Para entender melhor a importância do trabalho que o conselho escolar desempenha nas escolas, foram elaboradas algumas questões direcionadas aos conselheiros que foram entrevistados: Como se deu a sua inserção no conselho escolar? Qual a sua visão sobre o conselho escolar? Como você avalia a relação do conselho com a escola? Você considera o conselho necessário ao desenvolvimento da escola? Por quê? Qual a relação entre o conselho e a gestão escolar? Na sua opinião o conselho tem atuado de forma satisfatória no âmbito escolar? Por quê? Após a implantação do conselho escolar, ocorreram avanços na escola? Se houve, quais? Mediante as questões abordadas, notamos que os entrevistados demonstraram algumas dúvidas relacionadas ao real funcionamento dos conselhos e a sua efetiva participação nas tomadas de decisões da gestão escolar.

No que se referente à aplicação dos questionários com todo o corpo docente e com os conselheiros escolares, os mesmos se deu da seguinte maneira: logo depois da realização de uma reunião com os representantes do conselho escolar, ocorrida na Escola Municipal José Tomaz de Aquino, foi explicado para eles o objetivo do trabalho, como também, a participação dos mesmos na resolução da temática abordada.

Mediante a aplicação desses questionários, foram surgindo algumas dificuldades, como por exemplo, o desinteresse de alguns que nem compareceram à reunião, e de outros que deixavam transparecer a pouca vontade de responder, deixando evidente que nas reuniões organizadas pela gestão, participa muito pouco das ações e decisões tomadas pelo próprio conselho e pela comunidade escolar, as quais visam melhorias no processo de ensino.

Sabemos que a escola além de ser um lugar onde acontece a aprendizagem, é também, um espaço político, pois é lá que o indivíduo vai enriquecendo a sua experiência de vida. De acordo com Freire (2000):

A escola é também um espaço de organização política das classes populares. A escola como um espaço de ensino-aprendizagem será, então, um centro de debates de ideias, soluções reflexões, onde a organização popular vai sistematizando sua própria experiência. (p. 16)

A partir dessa realidade, vale ressaltar que apesar da pouca participação por parte de alguns membros nas reuniões e na tomada de decisões importantes para o andamento do progresso e do crescimento no âmbito educacional, o conselho escolar ainda consiste num processo burocrático e por isso deveria ser mais amplo, quanto a sua participação efetiva na escola da qual faz parte, acompanhando todo processo formativo da instituição escolar e a execução das ações planejadas.

Portanto, esta experiência nos mostra o mundo que nos cerca, levando-nos a percepção da real importância da atuação dos conselhos escolares no interior das escolas e nos aproximou da realidade que, infelizmente faz parte do nosso cotidiano.

3. 1. 2 – A ANÁLISE DO DISCURSO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

O caminho percorrido, durante a realização desse trabalho, nos levou a percepção de que o compromisso maior dos conselhos escolares é precisamente com a qualidade do ensino, já que essa nova visão, exige prática, participação e união entre conselheiros e gestão escolar.

No momento da pesquisa nas escolas municipais de Cuitegi, foram entrevistados 5 conselheiros que representam seus respectivos segmentos: pais, professores, gestora. Porém vale salientar, que os questionários foram respondidos apenas por pessoas do sexo feminino, evidenciando que os conselhos são constituídos em sua grande parte por mulheres.

A partir das respostas dos entrevistados, percebeu-se a importância do trabalho desenvolvido pelo conselho e da participação da comunidade escolar, essa união é bastante favorável, por criar um espaço de aprendizagem, de respeito e conhecimento.

No que diz respeito à gestão, as respostas dos conselheiros enfatizaram a boa interação do conselho com a equipe gestora, demonstrando que há entre ambos, uma relação de confiança, mesmo quando surgem pequenas divergências, as quais são logo sanadas, no intuito de não dificultar a execução das ações planejadas para o bem do corpo discente, assim,

afirma a quinta entrevistada, ficando evidente que quando existe o propósito de desenvolver em conjunto um trabalho em prol de uma educação de qualidade, quem ganha com isso é a própria comunidade.

Portanto, a organização do trabalho escolar, onde conselho e gestão buscam juntos refletir, decidindo sobre a melhor maneira de contribuir de modo efetivo para a formação cidadã, torna-se cada vez melhor em todos os níveis. Segundo Oliveira (1997):

Melhorar a qualidade da educação vai muito além da promoção de fórmulas curriculares, implica, antes de tudo, criar novas fórmulas de organização do trabalho na escola, que não apenas se contraponham às formas contemporâneas de organização e exercício do poder, mas que constituam alternativas práticas possíveis de se desenvolverem e de se generalizarem, pautadas não pela hierarquia, de comando, mas por laços de solidariedade, que se consubstanciam formas coletivas de trabalho, instituindo uma lógica inovadora no âmbito das relações sociais. (p. 44).

Segundo os entrevistados, o conselho tornou-se fundamental para o crescimento das instituições educativas em todos os seus aspectos: financeiro, administrativo e pedagógico, isto porque ele tem se transformado num grande parceiro da gestão democrática, considerando que após sua criação, as escolas ganharam mais autonomia e mais independência financeira, passando a adquirir mais recursos dos órgãos federais para a compra de materiais didáticos e até pequenas reformas no ambiente escolar, possibilitando, assim, um ensino de qualidade.

De acordo com as respostas, vale salientar, que sendo o conselho escolar um órgão colegiado, tendo como função principal deliberar, fiscalizar e acompanhar o progresso das instituições de ensino, intervindo sempre que necessário, nas decisões que são tomadas, percebemos que ele tem cumprido o seu papel, como afirma a gestora da escola José Tomaz de Aquino (entrevistada nº 2).

Portanto, pode-se concluir que as instituições de ensino, ondem existe a atuação do conselho, tem mais facilidade de desenvolver uma formação mais qualitativa e igualitária para seus alunos, já que ele estimula a participação de toda a comunidade e colabora na administração sociopolítica e pedagógica da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das observações realizadas em campo, buscamos enfatizar de forma simples a perspectiva dos conselhos escolares como peça essencial para o desenvolvimento do trabalho pedagógico e administrativo das instituições educacionais, assim como a sua função, que é a de colaborar e acompanhar a gestão democrática no processo de ensino, além, de estimular a comunidade escolar e local, para participar da vida escolar do aluno e dos acontecimentos dentro e fora do ambiente educativo.

Buscou-se demonstrar aqui, que a efetivação de uma gestão verdadeiramente democrática exige uma participação profunda da comunidade nas decisões da escola e nas ações realizadas pela mesma. Nessa direção, o conselho escolar acompanha o planejamento e a execução dessas ações, visando à melhoria do ensino.

No decorrer das investigações, quanto ao desenvolvimento e a significação dos conselhos, podemos concluir que eles se transformaram no instrumento principal para o progresso das escolas em diversos aspectos, sejam eles, políticos, administrativos, sociais, físicos e pedagógicos, tornando-a um ambiente atrativo para os educandos e educadores, como declararam alguns dos conselheiros e a própria gestora que foram entrevistados.

É verdade que durante o preenchimento dos questionários surgiram pequenas críticas. Porém, temos consciência que muitas delas nos ajudam a melhorar ainda mais nosso trabalho, isso quando são construtivas e as que não são, nos indicam que algo está errado, e aí buscamos melhorar em todos os aspectos, e isso vem acontecendo com as instituições de ensino através dos conselhos que tem formado uma bela parceria com a gestão escolar, na tentativa de construir juntos, uma educação transformadora que privilegie o aprendizado dos discentes e estimulem docentes a aprimorarem seus conhecimentos.

Portanto, entende-se o trabalho executado pelo conselho escolar, é extremamente essencial para o crescimento e o fortalecimento da educação em todos os seus ângulos, por ser ele uma instância de participação escolar e da comunidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. C. C. **Dilemas da Gestão Democrática Escolar no Contexto Atual**. In: BOTLER, A. H. (org.) **Organização, Financiamento e Gestão Escolar**: subsídios para formação do professor. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2007.

BRASIL. **Lei n. 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm. Acesso em 28 de maio de 2014.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada a 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 28 de maio de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Democratização da Escola e Construção da Cidadania**/ Elaboração Ignez Pinto Navarro [et. al] Brasília – MEC ; SEB. 2004 (Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares). Caderno 1.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**/ Elaboração Ignez Pinto Navarro [et. al] Brasília – MEC ; SEB. 2004 (Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares). Caderno 2.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselho Escolar e o Respeito e a Valorização do Saber e da Cultura do Estudante e da Comunidade**/ Elaboração Ignez Pinto Navarro [et. al] Brasília – MEC ; SEB. 2004 (Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares). Caderno 3.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselho Escolar, Gestão Democrática da Educação e Escolha do Diretor**/ Elaboração Ignez Pinto Navarro [et. al] Brasília – MEC ; SEB. 2004 (Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares). Caderno 5.

CURY, C. R. J. **Os conselhos de educação e a gestão dos sistemas**. In: FERREIRA, N. S. C. AGUIAR, M. S. (org.) **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, P. **Professora sim tia não; cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1993.

_____, **A Educação na Cidade**. São Paulo: 4ª ed. Cortez, 2000.

_____, **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: 12º ed. Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Gestão Democrática e qualidade de Ensino**. In Minascentro, Belo Horizonte – MG. 1994. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/Institucional/MoacirGadottiArtigosIt0025>; acesso em 26 de maio de 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: Teoria e Prática**. Goiânia. Editora Alternativa, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira de, TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, Márcia Regina Canhoto de. ditora, 2007. **Paulo Freire e administração escolar: A busca de um sentido**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

OLIVEIRA, D. A. (org.). **Gestão Democrática da Educação: Desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1997

PADILHA, P. R. **Planejamento Dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 2001.

RODRIGUES, Neidson. **Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

SANTOS, Ana Lúcia Félix. **Gestão Democrática da Escola: Bases Epistemológicas, Políticas e Pedagógicas**. Publicado nos anais da 29ª Reunião Anual da Anped, Caxambu/MG, 2006. Disponível em: <http://baixarpdf.net/preview/> Acesso em 23 de maio de 2014.

VERZA, S. B. **As políticas públicas de educação no município**. Ijuí: Unijai, 2000.

WERLE, F. O. C. **Conselhos Escolares: implicações na gestão da escola básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.